

Cliente: CBH-Doce

Veículo: G1

Data: 01/07/2016

MENU

G1

ESPÍRITO SANTO



01/07/2016 19h38 - Atualizado em 01/07/2016 19h38

Cobrança pelo uso da água no Espírito Santo é estudada

A cobrança está sendo estudada e pode começar a valer em 2017.
Na Bacia do Rio Doce a cobrança já existe e trás benefícios a produtores.

Está sendo estudada no [Espírito Santo](#) a proposta de cobrança pelo uso da água. A cobrança já é aplicada em algumas bacias do país, como é o caso da Bacia do Rio Doce, que é administrada pela União. A expectativa dos Comitês é que, no estado, a cobrança comece a valer em 2017.

A cobrança pelo uso da água é uma diretriz da Agência Nacional de Águas (ANA) para a gestão de recursos hídricos, regulamentada pela Lei nº 9.433/97. Ela incide sobre todos que consomem a água e é calculada com base no consumo.

O valor será estipulado através de um acordo entre os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH), órgãos responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos, os usuários e o poder público. O dinheiro arrecadado é direcionado aos Comitês e usado na recuperação das bacias.

Rio Doce

Na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, o uso pela água já é cobrado. A bacia é administrada pela União e todo o dinheiro arrecadado é destinado a recuperação do rio e de seus afluentes. Hoje, são cobrados R\$ 0,03 por m² de água.

De acordo com a segunda vice-presidente da CBH do Doce, Gilse Olinda Moreira, o valor da cobrança é muito baixo, especialmente se comparado aos benefícios que são recebidos.

“O produtor rural paga muito pouco, o pequeno produtor vai pagar R\$ 60 em dois anos, e vai receber investimento em tecnologia, em irrigação, em construção de barragens para a propriedade dele, então ele é beneficiado e o rio é poupado com o uso mais eficiente da água”, explicou.

Além do produtor rural, que paga pela captação da água, a indústria e o consumidor também serão onerados. Hoje, o valor pago pela água é cobrado pela companhia de abastecimento de água, pela captação e distribuição. Com a cobrança, também virá a conta uma taxa destinada diretamente para os comitês de bacia.

“Eu utilizo água captada no Doce. Na minha conta, são R\$ 0,30 a mais na conta. É um valor muito pequeno, mas somado com o de todo mundo, significa muito”, disse Gilse.

Gilse conta que, desde que a cobrança já foi instituída, é notável a economia no uso da água e o aumento dos investimentos na otimização do uso da água no Doce.

“A cobrança serve para educar a população, para fazer as pessoas utilizarem só o que elas precisam. Quando você institui a cobrança você faz as pessoas usarem a quantidade de água que de fato elas precisam. Outro ponto positivo é que você pode utilizar o recurso da cobrança vai ser usado apenas naquela bacia, então o recurso de fato retorna para e vai virar projetos para a recuperação da bacia”, explicou.

Cobrança

Ainda não há previsão exata para o início da cobrança, mas sete dos 13 Comitês já estão com os planos de bacia prontos. De acordo com Elio de Castro, presidente do Fórum Capixaba de Comitês de Bacias Hidrográficas, elas devem começar no próximo ano.

“Os comitês que têm os planos de bacia já justificam a cobrança. Cada comitê vai definir os preços e cobrar individualmente. No Comitê do Jucu, estamos trabalhando muito para começar a cobrar no início do ano que vem”, afirmou.

De acordo com Gilse Moreira, na bacia do Guandu, que abrange afluentes do Rio Doce, tudo já está pronto para o início da cobrança.

“No Guandu nós estamos com tudo pronto, mas não foi aprovada a cobrança ainda, porque nós não temos os mecanismos de receber esse dinheiro. O dinheiro é enviado direto para o comitê, mas quem emite os boletos é o governo do estado, e a maneira que isso vai funcionar ainda não está definida, e por isso não podemos cobrar”, disse.

De acordo com o secretário de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, Octaciano Neto, o governo é favorável a cobrança, mas para que ela se efetive, é necessário que os comitês concluam seus planos de bacia.

“O governo do estado oferece o apoio político, mas para que a cobrança seja efetivada é necessário que os comitês concluam seus planos”, disse o secretário.

Outorga

Uma outra forma de controle dos recursos hídricos é a outorga de direito de uso da água. A outorga é uma permissão que ajuda os órgãos públicos a controlarem como e quanto de água estão sendo usados.

Ela já é obrigatória a todos que captam água diretamente de rios e lagoas, mas na prática, não é cobrada como deveria no Espírito Santo.

“Muita pouca gente tem outorga, porque não temos duas informações extremamente revelantes: o quanto se produz de água em cada bacia e qual é a demanda pela água. Como tem pouca gente no cadastro, eu sei pouco de quem usa água. Mas para haver cobrança, tem que ter o cadastro, então o cadastro e a outorga é um passo para a cobrança”, disse o secretário Octaciano.

Com o cadastro e o plano de bacias, será possível saber quanto cada produtor usa de água e, a partir disso, fazer o cálculo de quanto se deve pagar pela água.

Com a outorga também será possível oferecer vantagens aos produtores que fazem um bom uso da água, em detrimento daqueles que desperdiçam os recursos hídricos.

“Na lei estadual existe a compensação por trabalho ambiental, então nós precisamos ter recurso, inclusive, para compensar o produtor que cuida das nascentes e que produz água”

Comitês

Durante o 1º Encontro Estadual dos Comitês de Bacias do Espírito Santo, que aconteceu nesta quinta-feira (30), com o apoio da Rede Gazeta, os presidentes dos comitês das bacias do Espírito Santo defenderam a cobrança.

“A cobrança é uma questão importante, que não vai resolver e solucionar os problemas das bacias, mas vai ajudar. Hoje nós só conseguimos realizar atividades porque usamos os recursos da cobrança do Rio Doce, mas não contribuimos em nada”, disse a presidente do CBH do Rio Guandu, Ana Paula Bissoli.

O presidente do Fórum Capixaba de Comitês de Bacias Hidrográficas, Élio de Castro, disse que o assunto ainda é tabu, mas precisa ser discutido pela sociedade. “Sem a cobrança não tem como fazer a gestão de recursos hídricos. Há uma relação muito forte entre a cobrança e os maiores problemas que temos hoje”, defendeu.

O presidente do CBH do Pontões e Lagoas do Rio Doce, porção capixaba da bacia do Doce, Celeste Stoco, lembrou que o consumidor tem sentido no bolso os efeitos da seca no estado e que, ao contrário do senso comum, a longo prazo a cobrança pode desonerar o consumidor e o produtor.

“O que está onerando o preço dos alimentos é a falta de água, não é a cobrança, porque ela ainda nem existe. A água tem seu valor econômico e é ela que está nos onerando hoje”, avaliou.

Entenda

Quem deverá pagar?

Todos que utilizam a água. Para indústrias e produtores rurais, que captam a água diretamente dos corpos d'água, a cobrança é feita através de um boleto emitido pelo governo do estado. Para os consumidores, a cobrança é feita na conta de água enviada pela companhia de abastecimento da região, mas vai diretamente para os Comitês.

Como funcionará a cobrança?

A cobrança não é um imposto ou multa. Ela é uma taxa utilizada para a recuperação das bacias, paga diretamente aos Comitês de Bacias Hidrográficas.

De quanto será a cobrança?

O valor da cobrança é definido pelos Comitês, em conjunto com o governo do estado e a sociedade civil. Ela é paga de acordo com a quantidade de água utilizada.

Para onde vai o dinheiro?

O valor da cobrança vai diretamente para o Comitê responsável pela bacia hidrográfica e são os comitês que vão decidir de que maneira o dinheiro seja aplicado, a partir dos planos de bacia já estruturados.

Jornalista Responsável: Isabela Lobo

Link de Acesso: <http://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/2016/07/cobranca-pelo-uso-da-agua-no-espírito-santo-e-estudada.html>